

 **ZOOM //**

**E SE O EURO
CAIR A PIQU
O CAOS?**

Oposição contesta cenário descrito por Passos e diz que, a continuar neste caminho, o país acabará numa situação tão grave que terá de debater saída do euro

TEXTOS *Pedro Rainho*

E,
E,
E,



Primeiro-ministro dramatizou o discurso ao desenhar um cenário pós-saída do euro. Oposição pergunta: e na moeda única o caminho que nos espera é menos mau?

ANTÓNIO PEDRO SANTOS

Citações

“Sair do euro era um caminho que não conduziria a um empobrecimento maior do que este que estamos a seguir”

Honório Novo
DEPUTADO PCP

“A teoria de que não há dinheiro para salários e pensões não tinha credibilidade no passado e continua a não ter credibilidade hoje”

Pedro Filipe Soares
DEPUTADO BE

“Se não houver alterações [das políticas europeias de combate à crise], é certamente melhor voltarmos a ter soberania monetária e podermos escolher o destino e as políticas que queremos aplicar no nosso país”

João Galamba
DEPUTADO PS

“Não faz qualquer sentido equivaler desvalorização cambial com perda equivalente de poder de compra”

Nuno Teles
ECONOMISTA



Saída do Euro. Oposição responde a Passos: o caos já mora aqui

PEDRO RAINHO
pedro.rainho@ionline.pt

Uma perda real de entre 30 a 35% dos salários, muito menos “dinheiro no bolso” dos portugueses, e uma quebra acentuada das importações. Em traços muito largos, o primeiro-ministro dramatizou assim o discurso no 1.º de Maio, apresentando um esboço do que acarretaria uma saída de Portugal do euro. E se o país falhar os compromissos que assinou com a troika, isso significa, como disse Passos Coelho, que no curto prazo faltará dinheiro nos cofres do Estado para pagar salários e pensões?

A esquerda no parlamento fala do país como se da metáfora da rã na panela se tratasse: sem que se dê por isso, aos poucos, a água vai mesmo acabando por ferver. O mesmo é dizer que para a oposição, devagar pelo caminho da austeridade, Portugal acabará numa posição em que terá de equacionar a saída do euro.

O cenário traçado pelo primeiro-ministro não encontra eco à esquerda. “A teoria de que não há dinheiro para salários e pensões não tinha credibilidade no passado e continua a não ter credibilidade hoje”, arruma Pedro Filipe Soares. Honório Novo (PCP) alinha pela mesma ideia, apontando que a fragilidade da teoria, “no tempo de Vítor Gaspar”, é a mesma que “no tem-

Primeiro-ministro enunciou esta semana algumas consequências da saída de Portugal do euro

“O euro, na sua configuração actual, só pode piorar a situação”

É incerto o caminho que se seguiria a uma saída de Portugal do euro. O deputado João Galamba admite-o, mas também deixa claro que, como está, o projecto da moeda única caminha a passos largos para a implosão,

Porque é que o euro é uma “arma de destruição maciça”?

Neste momento, o euro é insustentável. O primeiro-ministro disse que se não cumprirmos podemos sair da zona euro. Esta estratégia do primeiro-ministro vai acelerar o processo de desagregação da zona euro. Ela é insustentável porque institucionalizou a austeridade – receita para a depressão económica – e tem como único indicador de competitividade os salários. Sempre que um país tem défice externo a resposta é “empobreça-se o país e reduza-se os salários”. A política de austeridade, junto com a política de desvalorização salarial, em curso em toda a Europa, introduz um enviesamento recessivo na política da zona euro. O euro, na sua configuração actual, só pode piorar a situação actual, que já é trágica. Isto levará a uma revolta das populações que pode pôr em causa os regimes democráticos mais frágeis.

Não há sinais de que o euro venha a ser repensado. É preciso pôr a saída do euro em cima da mesa?

Respondendo-lhe em primeiro lugar que, para que o euro sobreviva, é necessário ter como prioridade o crescimento, o emprego e o desenvolvimento económico. E, em segundo lugar, digo que se não houver nenhuma possibilidade de adoptar este tipo de

estratégia, então o euro acabou. Seria certamente dramática uma saída do euro.

Portugal continua a ser visto como um bom exemplo.

Por isso é que é uma urgência nacional que este governo saia. Não sei se as negociações podem ou não correr bem, mas sei que enquanto houver um governo que cegamente continua a apresentar Portugal como bom exemplo, dificilmente a Europa saberá realmente o que se passa no nosso país.

E é importante repensar a forma como são aplicados os fundos públicos?

Do modo que o primeiro-ministro defende, digo-lhe rotundamente que não. Todo e qualquer governo deve ter uma agenda reformista que vá adaptando as despesas públicas à realidade. Mas numa altura em que temos 20% de desemprego e a economia num espiral recessiva, cortar na despesa é sempre irracional.

O primeiro-ministro disse que o problema do país não está nas taxas de juro, mas na dívida. Concorda?

As taxas são um valor relativo. Taxas de 4% quando a inflação é de 3% e quando a economia cresce não é a mesma coisa que estar em inflação muito baixa – como estamos hoje – e quando parte dos nossos parceiros se financiam a taxas reais negativas. Acresce a isto que há outros programas – Chipre e Espanha – em que as taxas são mais baixas que as portuguesas. No mínimo, essas taxas de juro deviam ser uma exigência imediata do governo português.

São essas taxas que impedem a recuperação económica?

O que está a impedir a recuperação é a política de austeridade em Portugal e em toda a Europa. É a principal determinante do crescimento económico negativo. É a política de austeridade que deprime a procura interna. Se há uma dívida que impede o crescimento económico é a do endividamento privado, que bloqueia a possibilidade de termos uma retoma do crescimento através do sector privado. No caso português, parte da dívida é detida por estrangeiros e é um pagamento que sai da economia portuguesa. Nesse sentido, afecta o crescimento porque é dinheiro que sai da economia. É a dívida externa pública e privada que retira dinheiro à economia portuguesa.



“Se não houver nenhuma possibilidade de apostar no crescimento, o euro acabou”

João Galamba
DEPUTADO DO PS

po de Teixeira dos Santos”. Pelo PS, João Galamba, que tem protagonizado os maiores confrontos com o ministro das Finanças na Assembleia da República, explica que, “se é verdade que uma desvalorização muito forte [da moeda] ia dificultar a importação de muitos bens, não é menos verdade que, neste momento, as importações estão em colapso. Estamos a ter imensa dificuldade em importar bens, porque as pessoas empobreceram”. A água da rã já está a aquecer, portanto.

Para Nuno Teles, economista e investigador do Centro de Estudos Sociais, as consequências reais de uma saída do euro são difíceis de prever. Mas “não faz qualquer sentido equivaler desvalorização cambial com perda equivalente de poder de compra”, porque essa redução do poder de compra ia “depender de como os salários acompanham a nova taxa de inflação”.

Pedro Filipe Soares resume a questão a uma hierarquia das “políticas” a adoptar: “Não podemos pôr os salários e as pensões em segundo lugar e optar por pagar a credores em primeiro lugar”, diz o deputado, para quem a retórica de uma possível saída do euro, ensaiada pelo primeiro-ministro, não passa de uma “tentativa de distrair os portugueses do debate essencial”.

“Mais tarde ou mais cedo, podemos ser

obrigados a sair do euro, e essa seria a pior maneira de fazê-lo”, antevê Honório Novo, defendendo que será bem menos pesada se ocorrer de forma “controlada, reflectida e apoiada”. E por isso que o PCP, que tem defendido que é preciso fazer debate, gostaria de ver o governo apresentar um estudo sobre o cenário da saída. “Não digo que fosse fácil, mas era um caminho que não conduziria a um empobrecimento maior do que este que estamos a seguir”, resume.

João Galamba avança com a ideia de que a solução em curso – para além de não ter resultados reais que sustentem o seu sucesso – representa uma “morte lenta” da economia. “Aquilo que seria feito por desvalorização da moeda está hoje a ser feito por desvalorização do salário das famílias. Se não houver alterações [das políticas europeias de combate à crise], é certamente melhor voltarmos a ter soberania monetária e podermos escolher o destino e as políticas que queremos aplicar no nosso país”.

Para Nuno Teles a solução para o país não pode passar pela manutenção no euro: “Os constrangimentos orçamentais impostos pelo pagamento do serviço da dívida aliados aos compromissos com os credores oficiais tornam a austeridade como a política a ser seguida durante muitos anos.”